



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO**

PROJETO DE LEI Nº 223/2013

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 03 JUN. 2013

**1º Secretário**

Sumula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Pecuaristas <sup>CANTUENSES</sup> ~~Catuenses~~, com sede e foro no município de Nova Cantu.

*Vali a rasura*

*Assinatura*

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Pecuaristas <sup>CANTUENSES</sup> ~~Catuenses~~, com sede e foro no município de Nova Cantu.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 03 de junho de 2013, 192.º da Independência e 125.º da República.

*Assinatura*  
**DOUGLAS FABRÍCIO**  
Deputado Estadual

15:15 03/06/2013 004933 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO**

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de Lei tem por objetivo declarar de utilidade pública a **Associação dos Pecuaristas <sup>CATUENSES</sup> Catuenses.** *Douglas Fabrício*  
*Nali a natureza*

Primeiramente, importante frisar que a Associação dos Pecuaristas Catuenses conta com 132 sócios ativos em seu quadro associativo.

Dentre diversas atividades, a Associação dos Pecuaristas Catuenses realiza a Cavalgada Catuense, contando com a participação da população de Nova Cantu e outras cidades vizinhas. Ainda, realiza a Laçada Gaúcha Catuense, onde participaram cerca de 100 cavaleiros.

O objetivo principal da Associação é difundir a cultura local, bem como representar o setor pecuarista.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de Lei.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 223/2013**

Projeto de Lei nº. 223/2013  
Autor: Deputado Douglas Fabrício

*Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PECUARISTAS CANTUENSES, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS PECUARISTAS CANTUENSES**, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar a Súmula e o Artigo 1º da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual no que tange ao foro, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



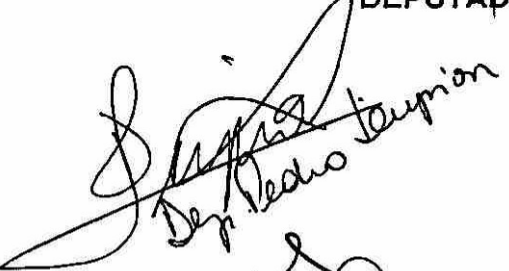
**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

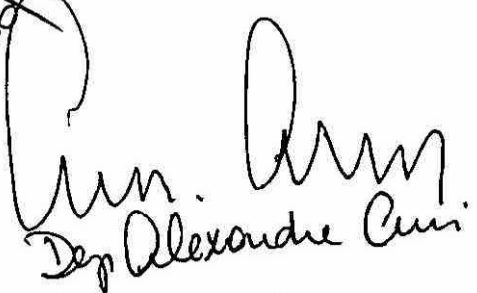
Sala das Comissões, em 18 de Junho de 2013.


  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
Dep. Pedro Lempion

  
Dep. Paulo

  
Dep. Alexandre Curi

  
Dep. Furiani  
  
Dep. Pastor Edison



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 223/2013**

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 223/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA - Declara de Utilidade Pública a Associação dos Pecuaristas Cantuenses, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa.**

**Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Pecuaristas Cantuenses, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa.**

**Art. 2º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18 de Junho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

**PRESIDENTE**

~~DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA~~

**RELATOR**

~~Prata Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná~~

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 2/06/2013

Presidente

**Veto Parcial nº 17/13**

Lei nº 17.604 - 19/06/2013.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 089/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 839/2011, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, conforme os motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 839/2011, de autoria parlamentar, dispõe que os bares, hotéis, restaurantes, *fast-foods*, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos prontos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor cardápio contendo todos o itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de calorias a serem adquiridas na ingestão dos produtos, bem como a presença de lactose e glúten nos alimentos, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do art. 3º.

O não acolhimento ao referido artigo decorre de razões de interesse público, pois, no caso em exame, embora a matéria de fundo possa também ser de iniciativa legislativa de membro do Poder Legislativo, a disposição prevista impõe obrigação ao Poder Executivo – determinando a obrigatoriedade de regulamentação da lei – inobservando o Princípio da Separação dos Poderes, normatização de índole constitucional.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.219.504-1

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil,  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 24 JUN. 2013

  
**1º Secretário**rote-se e encaminhe-se  
para Providências

2516/13

14:48 24/06/2013 005502 DEB RESCUE DEB JRM/DEB JRM



Lei nº. 17604



Data 19 de junho de 2013.

Súmula Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias, presença de glúten e lactose nos cardápios de bares, restaurantes, hotéis, *fast-foods* e similares.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam os bares, hotéis, restaurantes, *fast-foods*, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos prontos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor cardápio contendo todos o itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de calorias a serem adquiridas na ingestão dos produtos, bem como a presença de lactose e glúten nos alimentos.

**§ 1º** A relação de que trata o art. 1º deverá ser elaborada e assinada por nutricionista, com o respectivo número de sua inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas.

**§ 2º** A quantidade de calorias e a presença de lactose e glúten deverão constar ao lado de cada produto nos cardápios disponibilizados nos referidos estabelecimentos.

**Art. 2º** Para os itens de consumo já comercializados em quantidade porcionada, assim compreendidos como: doces, sorvetes, salgados, bebidas elaboradas e similares, como também nos casos de itens de consumo de quantidade variável, a critério do consumidor, como restaurante de comida a quilo e outros, a quantidade de calorias e a presença de lactose e glúten que trata o art. 1º deverão ser especificadas a partir da porção e da medida caseira definida pela Resolução da ANVISA nº 359 de 23 de dezembro de 2003.

**Art. 3º** ...Vetado...

**Art. 4º** Os estabelecimentos dos quais trata a presente Lei terão o prazo de cento e oitenta dias, a partir de sua entrada em vigor, para se adequarem ao seu cumprimento.

**Art. 5º** O não cumprimento da presente Lei sujeita o infrator às seguintes sanções:


I – advertência por escrito;

II – multa de 80 UPF-PR;

III – cassação da Inscrição Estadual.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de junho de 2013.

  
Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Michele Caputo Neto  
Secretário de Estado da Saúde

Maria Tereza Uille Gomes  
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Cezar Silvestri  
Secretário de Estado de Governo

Pastor Edson Praczyk  
Deputado Estadual

Hermas Brandão Junior  
Deputado Estadual





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## **Projeto de Lei nº 839/11**

**(Autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Hermas Brandão Jr)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias, presença de glúten e lactose nos cardápios de bares, restaurantes, hotéis, *fast-foods* e similares.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Ficam os bares, hotéis, restaurantes, *fast-foods*, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos prontos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor cardápio contendo todos os itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de calorias a serem adquiridas na ingestão dos produtos, bem como a presença de lactose e glúten nos alimentos.

§ 1º A relação de que trata o art. 1º deverá ser elaborada e assinada por nutricionista, com o respectivo número de sua inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas.

§ 2º A quantidade de calorias e a presença de lactose e glúten deverão constar ao lado de cada produto nos cardápios disponibilizados nos referidos estabelecimentos.

**Art. 2º** Para os itens de consumo já comercializados em quantidade porcionada, assim compreendidos como: doces, sorvetes, salgados, bebidas elaboradas e similares, como também nos casos de itens de consumo de quantidade variável, a critério do consumidor, como restaurante de comida a quilo e outros, a quantidade de calorias e a presença de lactose e glúten que trata o art. 1º deverão ser especificadas a partir da porção e da medida caseira definida pela Resolução da ANVISA nº 359 de 23 de dezembro de 2003.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

**Art. 4º** Os estabelecimentos dos quais trata a presente Lei terão o prazo de cento e oitenta dias, a partir de sua entrada em vigor, para se adequarem ao seu cumprimento.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 839/11

fls.02.



**Art. 5º** O não cumprimento da presente Lei sujeita o infrator às seguintes sanções:

- I – advertência por escrito;
- II – multa de 80 UPF-PR;
- III – cassação da Inscrição Estadual.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29 de maio de 2013.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 839/11

fls.03.

## JUSTIFICATIVA

A divulgação de um estudo sobre desnutrição e obesidade no Brasil mostrou que a quantidade de obesos está ultrapassando a de desnutridos e que, sem uma urgente reeducação alimentar, no futuro o país poderá ser conhecido como "o país dos gordinhos".

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em conjunto com o Ministério da Saúde, divulgados recentemente, apenas comprovam aquilo que qualquer pessoa percebe andando pelas ruas e, ainda, confirmam a tendência que os médicos já vinham constatando nos consultórios: o número de obesos cresce vertiginosamente no Brasil.

Conforme o levantamento, mais de trinta e oito milhões de pessoas no país estão com o peso acima do recomendado e, desse total, em torno de dez milhões são consideradas obesas. Para quem achava que esse problema ficava restrito aos americanos exportadores do modelo *fast-food* o estudo surpreendeu.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, essa é a principal epidemia do começo do século e, para os especialistas brasileiros, a importação de novos e piores hábitos alimentares contribuiu em muito para que o país entrasse nesse fatídico clube.

Trata-se de uma doença crônica e como tal deve ser tratada. Muito além de um problema estético, o excesso de peso se associa a um grande número de outras deficiências. Além do fator físico, há um grande impacto social na vida das pessoas, uma vez que ocasiona, frequentemente, problemas psicológicos, como por exemplo, perda da autoestima, ansiedade e depressão.

A maioria dos profissionais de saúde concorda que esse mal pode ser tratado por uma série de medidas reeducativas que vão desde a alteração da alimentação ao fim do sedentarismo, em que se faz cada vez menos exercícios e se aumenta o consumo de gorduras. Na concepção dos médicos, muitos fatores contribuem para a obesidade, entre eles, a tendência genética, contra a qual pouco se pode fazer, o sedentarismo e o hábito de comer muito gastando poucas calorias, o que pode ser combatido pela reeducação alimentar e pela mudança de hábitos de vida.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 839/11

fls.04.

Nota-se que boa parte da população que sofre das moléstias da sociedade moderna, como o diabetes e as altas taxas de colesterol, alimenta-se nos *fast-foods*, bares, lanchonetes e restaurantes, sem ter consciência do teor de gordura e calorias presentes nos produtos.

Deve-se considerar que se o consumidor tiver ciência do que está ingerindo terá como equilibrar a sua alimentação e poderá ter sua atenção despertada para a necessidade de ter uma vida mais saudável.

Salienta-se, ainda, que o conhecimento do valor calórico é vital para a sociedade, mas esse tipo de informação é divulgada apenas nos produtos industrializados e nas prateleiras dos supermercados. Contudo, o alto índice de doenças demonstra que ainda não é o suficiente.

Diante do exposto, conclama-se o apoio dos Nobres Pares para a acolhida e aprovação da presente proposição.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



## PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 17/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 17/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

**SÚMULA:** Veta parcialmente os Projetos de Lei nº 839/2011 e 865/2011, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Hermas Brandão Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da presença de glúten e lactose nos cardápios de bares, restaurantes e similares, e dá outras providências.

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

Os projetos de lei nº 839/2011 e 865/2011, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Hermas Brandão Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da presença de glúten e lactose nos cardápios de bares, restaurantes e similares, e dá outras providências, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que os projetos de lei nº 839/2011 e 865/2011 foram enviados à sanção e recebidos pelo Poder Executivo em data de **03 de Junho de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



de veto nº 17/2013, foi exarada em data de **19 de Junho de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

## CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 02 de Julho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

APROVADO

02/07/13